

# **EDITAL VERTICALIZADO**

**MP-SP - PROMOTOR**

# **MP SP**

**Ministério Público  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



**A CASA DO  
SIMULADO**

# CONCURSO DE MP-SP – CARGO: PROMOTOR

## INFORMAÇÕES GERAIS

---

**DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME:** A ser definida.

**BANCA:** Comissão própria.

**FASES DO CONCURSO:**

- I. Prova preambular, de caráter eliminatório;
- II. Prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório;
- III. Prova oral, de caráter eliminatório e classificatório.

## PROVA PREAMBULAR

---

**DURAÇÃO:** 5 horas.

**NÚMERO DE QUESTÕES:** 100 - Estilo de múltipla escolha.

**PONTUAÇÃO TOTAL:** 100.

### DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIAS NA PROVA PREAMBULAR

- I. 15 questões de Direito Penal
- II. 12 questões de Direito Processual Penal
- III. 10 questões de Direito Civil
- IV. 10 questões de Direito Processual Civil
- V. 12 questões de Direito Constitucional
- VI. 06 questões de Direito da Infância e da Juventude
- VII. 04 questões de Direito Comercial e Empresarial
- VIII. 14 questões de Tutela de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos
- IX. 04 questões de Direitos Humanos
- X. 10 questões Direito Administrativo
- XI. 03 questões de Direito Eleitoral

## PROVA ESCRITA

---

**DURAÇÃO:** 4 horas.

**A prova escrita abordará sobre as matérias indicadas no respectivo programa constante do Edital.**

**Permitida a consulta à legislação não comentada ou anotada.**

A **etapa** conterà:

- Dissertação;
- Peça prática;
- 5 questões.

**PONTUAÇÃO:**

- I. **DISSERTAÇÃO:** nota de 0 (zero) a 3 (três);
- II. **PEÇA PRÁTICA:** nota de 0 (zero) a 2 (dois);
- III. **QUESTÕES:** Cada resposta às questões formuladas, nota de 0 (zero) a 1 (um).

## PROVA ORAL

---

A prova oral é pública e compreenderá todas as matérias indicadas no respectivo programa constante do Edital, permitida a consulta à legislação oferecida pela Comissão de Concurso

A ordem cronológica de arguição dos candidatos habilitados à prova oral será estabelecida por sorteio público. O candidato será arguido sobre temas abrangidos pelo programa, sorteados no momento da prova, conforme deliberação da Comissão de Concurso.

**Observação:** Os candidatos habilitados à terceira fase do concurso, cujas inscrições definitivas tenham sido deferidas, serão submetidos a sindicância da vida pregressa, investigação social e exame psicotécnico

## DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
A) Parte Geral e Parte Especial do Código Penal (exceção feita ao Título IV da Parte Especial – arts. 197 a 207).					
B) Lei de Contravenções Penais.					
C) Disposições penais em leis especiais.					
1. Crimes contra a Economia Popular.					
2. Crimes de responsabilidade de Prefeitos Municipais.					
3. Crimes eleitorais.					
4. Crimes referentes ao parcelamento do solo urbano.					
5. Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.					
6. Crimes contra pessoas com deficiência.					
7. Crimes relativos à Criança e ao Adolescente.					
8. Crimes hediondos.					
9. Crimes contra o consumidor.					
10. Crimes contra a ordem tributária e as relações de consumo.					
11. Crimes referentes a licitações e contratos administrativos.					
12. Crimes de tortura.					
13. Crimes de trânsito.					
14. Crimes contra o meio ambiente.					
15. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.					
16. Crimes referentes ao idoso.					
17. Estatuto do Desarmamento.					
18. Crimes referentes à falência e à recuperação judicial ou extrajudicial.					
19. Crimes referentes a drogas.					
20. Crimes referentes ao abuso de autoridade.					
21. Crimes relativos à interceptação telefônica.					
22. Crime de organização criminosa.					
23. Tratamento jurídico do tráfico de pessoas (Lei n. 13.344/16).					
24. Tratamento jurídico da violência doméstica (Lei 11.340/06 e Lei 13.641/18).					

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Princípios que regem o processo penal.					
2. Aplicação e interpretação da lei processual.					
3. Inquérito policial, Investigação Criminal e Ação Penal.					
4. Jurisdição e Competência.					
5. Reparação do dano ex delicto. Ação civil e execução civil da sentença penal.					
6. Questões e processos incidentes.					
7. Prova.					
8. Sujeitos do processo.					
9. Prisão e medidas cautelares pessoais alternativas à prisão.					
10. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação.					
11. Sentença. Coisa Julgada.					
12. Interdição de direitos.					
13. Medida de segurança.					
14. Procedimento comum					
15. Procedimento nos processos de competência do Tribunal do Júri.					
16. Procedimentos especiais.					
16.1. Procedimento nos crimes falimentares.					
16.2. Procedimento nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos.					
16.3. Procedimento nos crimes contra a honra.					
16.4. Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial.					
17. Lei dos Juizados especiais criminais.					
18. Nulidades.					
19. Recursos e outros meios de impugnação.					
19.1 Teoria Geral dos Recursos.					
19.2 Apelação. Recurso em sentido estrito. Embargos. Carta testemunhável. Correição parcial.					
20. Habeas corpus. Mandado de segurança em matéria criminal.					
21. Execução Penal.					
21.1. Objeto e aplicação da Lei de Execução Penal.					

<b>21.2. O condenado e o internado. Classificação. Assistência. Trabalho.</b>					
<b>21.3. Direitos e deveres do preso.</b>					
<b>21.4. Disciplina. Faltas e sanções disciplinares. Regime disciplinar diferenciado. Procedimento disciplinar.</b>					
<b>21.5. Órgãos da execução penal.</b>					
<b>21.6. Estabelecimentos penais.</b>					
<b>21.7. Execução das penas privativas de liberdade. Regimes. Autorizações de saída. Remição. Livramento condicional. Sursis.</b>					
<b>21.8. Execução das penas restritivas de direitos.</b>					
<b>21.9. Suspensão condicional da pena.</b>					
<b>21.10. Execução das penas de multa.</b>					
<b>21.11. Execução das medidas de segurança.</b>					
<b>21.12. Incidentes de execução. Conversões. Excesso ou desvio de execução. Anistia. Indulto.</b>					
<b>21.13. Procedimentos judiciais. Recursos.</b>					
<b>22. Disposições processuais penais em leis especiais.</b>					
<b>22.1. Prisão temporária.</b>					
<b>22.2. Crimes hediondos.</b>					
<b>22.3. Repressão aos crimes praticados por organizações criminosas.</b>					
<b>22.4. Crimes de trânsito.</b>					
<b>22.5. Crimes contra o meio ambiente.</b>					
<b>22.6. Crimes de lavagem de capitais.</b>					
<b>22.7. Proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a réus colaboradores.</b>					
<b>22.8. Identificação criminal.</b>					
<b>22.9. Crimes referentes à falência e a recuperação judicial ou extrajudicial.</b>					
<b>22.10. Violência doméstica e familiar contra a mulher.</b>					
<b>22.11. Crimes de drogas.</b>					
<b>22.12. Interceptação (ou escuta) telefônica.</b>					
<b>22.13. Abuso de Autoridade.</b>					
<b>23. Procedimento investigatório criminal e acordo de não persecução penal (Resolução 181/17, CNMP).</b>					

## DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.					
2. Das pessoas. Das pessoas naturais e jurídicas. Personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência.					
3. Das pessoas jurídicas. Disposições gerais. Constituição, extinção, responsabilidade. Associações, fundações e sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica.					
4. Do domicílio.					
5. Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos (bens imóveis, móveis, fungíveis e consumíveis, divisíveis, singulares e coletivos). Dos bens reciprocamente considerados. Bens públicos e particulares.					
6. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico: modalidade, forma, defeitos e nulidades. Da representação. Da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio jurídico. Da interpretação do negócio jurídico. Da invalidade e da ineficácia do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos.					
7. Da prescrição e da decadência. Da forma e da prova.					
8. Do direito das obrigações. Das modalidades e efeitos. Adimplemento, extinção e inadimplemento das obrigações. Cláusula Penal e arras. Transferência das obrigações.					
9. Responsabilidade civil: culpa, dano, nexo de causalidade e excludentes. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade contratual e extracontratual.					
10. Dos contratos em geral. Disposições gerais: Princípios, requisitos, formação, interpretação, classificação. Dos efeitos. Vícios redibitórios. Evicção. Da extinção do contrato. Das várias espécies de contrato.					
11. Do direito das coisas: Princípios. Da posse e de sua classificação. Da aquisição, efeitos e perda da posse.					
12. Dos Direitos Reais. Da propriedade em geral. Histórico da propriedade e sua funcionalidade social. Da aquisição da propriedade imóvel e móvel. Usucapião constitucional urbana. Usucapião constitucional rural. Usucapião especial coletiva. Usucapião administrativa. Usucapião especial indígena.					
13. Da perda da propriedade. Das restrições ao direito da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio geral. Do condomínio necessário. Do condomínio edilício. Novas formas de propriedade condominial. Condomínios e incorporações. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Dos direitos reais sobre coisa alheia. Da superfície. Das servidões. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Incorporação. Parcelamento e Regularização do Solo Urbano. Estatuto da Cidade.					

<p>14. Do direito de família. Do direito pessoal. Do casamento. Da capacidade matrimonial. Formalidades. Dos impedimentos. Das causas suspensivas. Do processo de habilitação. Da celebração e do casamento. Das provas do casamento. Dos efeitos. Da eficácia do casamento. Da invalidade ou nulidade do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal (manter apesar da discussão quanto à separação). Do direito assistencial. Da proteção da pessoa dos filhos. Da filiação: registral, biológica e socioafetiva. Do reconhecimento dos filhos. Da adoção. Do poder familiar. Do direito patrimonial. Do pacto antenupcial. Do regime de comunhão parcial. Do regime de comunhão universal. Do regime de participação final dos aquestos. Do regime de separação de bens. Da união estável. Da guarda, tutela, curatela e da interdição. Do bem de família. Alienação Parental.</p>					
<p>15. Dos direitos das sucessões: Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do testamento em geral. Da capacidade de testar. Das formas ordinárias do testamento. Da revogação. Dos codicilos. Dos testamentos especiais. Das disposições testamentárias. Dos legados. Herdeiros necessários. Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Das substituições. Da deserdação.</p>					
<p>16. Da redução das disposições testamentárias. Da revogação. Do rompimento do testamento. Do testamenteiro.</p>					
<p>17. Do inventário e da partilha.</p>					
<p>18. Registros Públicos. Registro de imóveis. Noções gerais. Princípios do Registro de Imóveis: Continuidade, Especialidade, Legalidade, Inscrição, Presunção e Fé Pública, Prioridade e Instância. Transcrição, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida. Lei Federal 6.015/73. Lei Federal 4.591/64.</p>					
<p>19. Registro Civil das Pessoas Naturais. Do Nascimento. Lei Federal 11.790/08. Do Registro Civil Fora do Prazo. Do Casamento. Do Registro do Casamento Religioso para Efeitos Civis. Da Conversão da União Estável em Casamento. Do Casamento ou Conversão da União Estável em Casamento de Pessoas do Mesmo Sexo. Do Óbito. Da Morte Presumida. Da Emancipação, da Interdição, da Ausência, da União Estável e da Adoção. Das Averbações em Geral e Específicas. Das Anotações em Geral e Específicas. Das Retificações, Restaurações e Suprimentos. Reconhecimento de Filhos.</p>					

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Normas processuais civis: normas (regras e princípios) fundamentais; interpretação e aplicação.					
2. Função Jurisdicional: jurisdição, limites e cooperação internacional.					
3. Competência interna: critérios determinativos. Competência absoluta e relativa. Modificação da competência. Incompetência. Cooperação nacional.					
4. Sujeitos do processo. Partes e Procuradores. Capacidade processual. Deveres das partes e dos procuradores. Responsabilidade por dano processual. Sucessão, substituição e representação.					
5. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça.					
6. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenção voluntária e provocada. Assistência. Denúncia da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae. Outras intervenções.					
7. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidades. Impedimentos e suspeição.					
8. Ministério Público. Perfil constitucional. Intervenção como parte. Intervenção como fiscal da ordem jurídica. Poderes investigatórios. Responsabilidades. Impedimentos e suspeição.					
9. Advocacia pública. Regime processual.					
10. Defensoria pública. Regime processual.					
11. Métodos de resolução dos litígios individuais e coletivos.					
12. Conciliação, mediação, negociação e formas alternativas de resolução dos litígios.					
13. Ação. Direito de ação. Teorias. Direito de defesa. Exceções e objeções materiais e processuais.					
14. Processo. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Atos das partes. Pronunciamentos do juiz. Prazos. Penalidades e preclusões. Comunicação dos atos processuais.					
15. Fatos jurídicos processuais. Atos, fatos e negócios processuais.					
16. Pressupostos processuais.					
17. Invalidades processuais.					
18. Tutela jurisdicional. Formas de tutela. Classificações. Tutela provisória. Tutela definitiva.					
19. Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Jurisdição contenciosa: Ações possessórias; Inventário e partilha; Embargos de terceiro; Habilitação; Ações de família; Processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação, filiação e alimentos; Ação monitoria. Jurisdição voluntária: Disposições gerais; alienações judiciais; divórcio, separação, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio; testamentos e codicilos; herança jacente; bens dos					

ausentes; coisas vagas; interdição, tutela e curatela e estatuto da pessoa com deficiência; Organização e fiscalização das fundações.					
20. Procedimento comum: petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição, valor da causa, cumulação de pedidos; deferimento, indeferimento e emenda da inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou mediação; transação e homologação; contestação e reconvenção; revelia e seus efeitos; providências preliminares e saneamento; julgamento conforme o estado do processo; saneamento e organização do processo; audiência de instrução e julgamento; provas; provas ilícitas.					
21. Sentença. Coisa julgada.					
22. Cumprimento provisório e definitivo da sentença.					
23. Processo de execução: execução em geral; partes; competência; requisitos; formação, suspensão e extinção da execução; responsabilidade patrimonial; fraudes; espécies de execução: para entrega de coisa, das obrigações de fazer ou de não fazer e por quantia certa; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública.					
24. Oposição à execução: impugnação ao cumprimento de sentença; embargos à execução; defesa por simples petição.					
25. Recursos: disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração.					
26. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Recurso Ordinário Constitucional. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Embargos de Divergência. Noções gerais e hipóteses de cabimento. Repercussão Geral. Julgamento dos recursos repetitivos.					
27. Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudência e súmula. Efeito vinculante. Limites do efeito vinculante. Fundamentos relevantes. Distinção e superação.					
28. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência.					
29. Ação de usucapião. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data. Ação Popular. Reclamação.					

# DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Teoria da constituição.					
1.1. Constitucionalismo. Conceito e classificação das constituições.					
1.2. Poder constituinte: características, titularidade e classificação. Recepção, repristinação e desconstitucionalização.					
1.3. Princípios constitucionais. Interpretação constitucional. Eficácia das normas constitucionais.					
2. Direito constitucional brasileiro.					
2.1. Princípios fundamentais.					
2.2. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Ações Constitucionais.					
2.3. Nacionalidade e direitos políticos. Partidos políticos.					
2.4. Controle de constitucionalidade.					
2.5. Organização do Estado. Federalismo. Repartição de competências. Intervenção federal e estadual.					
2.6. Organização dos poderes.					
2.7. Ministério Público. Organização, princípios, funções, garantias e vedações. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo.					
2.8. Tributação e orçamento. Sistema tributário nacional e finanças públicas.					
2.9. Ordem Econômica e Financeira. Dos princípios gerais da atividade econômica; da política urbana; da política agrícola e fundiária; da reforma agrária.					
2.10. Ordem Social.					
2.11. Saúde.					
2.12. Educação.					
2.13. Meio ambiente.					
2.14. Da família, da criança, do adolescente e do idoso.					

## DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Criança e Adolescente. Princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.					
2. Entidades de atendimento.					
3. Medidas de proteção.					
4. Prática de ato infracional.					
5. Medidas pertinentes aos pais ou responsável.					
6. Conselho tutelar. Processo Eleitoral.					
7. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares.					
8. Procedimentos e recursos.					
9. Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.					
10. Crimes e infrações administrativas.					

## DIREITO COMERCIAL E EMPRESARIAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Direito de empresa.					
2. Empresário. Caracterização, inscrição e capacidade. Os microempresários e empresários de pequeno porte. Registro público de empresa mercantis e atividades afins. As obrigações do empresário. A escrituração. Os prepostos do empresário. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.					
3. Estabelecimento.					
4. Nome empresarial.					
5. Teoria geral da concorrência e dos bens imateriais. Livre iniciativa e livre concorrência. Concorrência empresarial. Infrações da ordem econômica.					
6. Propriedade industrial. Concorrência desleal.					
7. Empresário e Direito do Consumidor.					
8. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito Comercial e de Empresa.					
9. Sociedades.					
9.1. Disposições gerais.					
9.2. Sociedade não personificada. Sociedade em comum. Sociedade em conta de participação.					
9.3. Sociedade personificada. Sociedade simples. Sociedade empresária.					
9.4. Tipos societários. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa.					
9.5. Sociedades coligadas, controladas e de simples participação. Participações recíprocas de capital. Grupo de sociedades. Consórcios.					
9.6. Sociedades dependentes de autorização para funcionamento.					
9.10. Incorporação, fusão, cisão e transformação das sociedades.					
9.11. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.					
10. Mercados financeiros. Sistema Financeiro Nacional. Mercado de capitais. Regulação do mercado de capitais. Comissão de Valores Mobiliários. Valores mobiliários. Negócios relativos aos valores mobiliários. Fundos de investimentos. Ilícitos administrativos e penais no mercado de capitais. A proteção aos investidores no mercado de valores mobiliários.					
11. Contratos mercantis: Teoria geral dos contratos. Contratos em espécie: Compra e venda. Compra e venda internacional. Venda sob documentos. Contrato de fornecimento. Compromisso arbitral. Gestão de negócios. Locação, arrendamento e usufruto do estabelecimento. Transporte de coisas e de pessoas. Mandato mercantil.					

Fiança. Penhor industrial e mercantil. Penhor de direitos e de títulos de crédito. Agência e Distribuição. Corretagem. Representação Comercial. Comissão. Concessão mercantil. Franquia. Depósito mercantil. Contratos bancários. Conta corrente. Mútuo mercantil. Depósito pecuniário. Antecipação bancária. Desconto bancário. Contrato de abertura de crédito. Seguro. Contrato de cartão de crédito. Operações de custódia de valores e títulos. Contrato de câmbio. Alienação fiduciária em garantia de bens móveis e imóveis. Arrendamento mercantil ou "Leasing". Contrato de garagem ou estacionamento. Faturização. Contratos de propriedade industrial. Transferência de tecnologia. Licença de "software". Contratos de engenharia ("engineering"). Contratos do agronegócio.					
12. Títulos de crédito. Títulos de crédito no Código Civil e na legislação especial. Letra de câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicatas mercantil e de serviços. Títulos de crédito rural. Títulos de crédito industrial. Títulos de financiamento comercial. Títulos de financiamento comercial. Títulos de garantia imobiliária. Conhecimento de depósito e Warrant.					
13. Recuperação de empresas e falência.					
13.1. Sujeitos à lei de recuperações e falências.					
13.2. Competência.					
13.3. Intervenção do Ministério Público.					
13.4. Disposições comuns à recuperação e à falência. Verificação e habilitação dos créditos concursais. O Administrador Judicial. Comitê e Assembleia Geral de Credores.					
13.5 Modalidades de recuperação. Processo e procedimentos.					
13.6. Decretação e convalidação da recuperação em falência.					
13.7. Pedidos de falência.					
13.8. Sentença de falência e seus efeitos. Efeitos em relação aos credores. Efeitos em relação ao falido e aos administradores e liquidantes. Efeitos em relação aos bens do falido e dos sócios da sociedade falida. Efeitos em relação aos contratos.					
13.9. Administração, arrecadação, realização do ativo e pagamento do passivo.					
13.10. Encerramento da falência.					
13.11. Extinção das obrigações do falido.					
13.12. Crimes nas recuperações judicial e extrajudicial e na falência. Procedimentos penais.					
14. O regime de intervenção, o regime de administração especial temporária e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras.					

## TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em juízo: princípios gerais.					
2. Principais categorias e legislação respectiva.					
2.1 Meio Ambiente e Urbanismo. Bem jurídico ambiental. Direito do Ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais. Tutela constitucional do ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. Espaços ambientalmente protegidos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência, licenciamento, responsabilidade administrativa. Tutela e responsabilidade civil do ambiente. Participação popular na proteção do ambiente. Legislação ambiental, de parcelamento do solo e da cidade.					
2.2 Patrimônio Público: Controle da Administração Pública. Tribunal de Contas. Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de Injunção. Ação popular. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social. Processo Administrativo. Responsabilidade fiscal. Orçamento público.					
2.3. Idoso. Pessoa com deficiência. Inclusão social. Saúde Pública. Assistência Social. Educação. Serviços de relevância pública. Acessibilidade. Pessoas portadoras de transtornos mentais. Igualdade racial.					
2.4. Consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.					
2.5. Infância e Juventude: Acesso à justiça. Ministério Público. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.					
3. Ação civil pública. Conceito e objeto. Tutela principal e provisória. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência. Sentença. Multa diária e outras cominações. Liminar. Recursos. Coisa julgada. Cumprimento da sentença e fundo para reconstituição dos bens lesados.					
4. Inquérito civil. Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios. Termo de ajustamento de conduta. Arquivamento e Desarquivamento. Controle. Recursos. Recomendações.					

# DIREITOS HUMANOS

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1. Direitos Humanos.</b>					
<b>1.1. Conceito e evolução histórica: as dimensões dos Direitos Humanos.</b>					
<b>1.2. Sistema Internacional de promoção e proteção dos Direitos Humanos. Sistema Interamericano.</b>					
<b>1.3 Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados pelo ordenamento brasileiro. Conflito com as normas constitucionais.</b>					
<b>1.4. Ministério Público e a defesa dos Direitos Humanos.</b>					
<b>1.5. Sistema Único de Saúde.</b>					
<b>1.6. Sistema Único de Assistência Social.</b>					
<b>1.7. Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.</b>					
<b>1.8. Igualdade Racial.</b>					
<b>1.9. Pessoas com deficiência.</b>					
<b>1.10. População em situação de rua.</b>					
<b>1.11. Homofobia.</b>					

## DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Administração Pública. Descentralização e desconcentração administrativa.					
2. Atividade administrativa: polícia administrativa, prestação de serviços públicos, intervenção do Estado na ordem econômica e fomento de atividades privadas de interesse público.					
3. Regime jurídico administrativo e princípios da Administração Pública.					
4. Poderes administrativos.					
5. Agentes públicos.					
6. Ato administrativo.					
7. Processo administrativo.					
8. Licitação e contratos administrativos. Ajustes, parcerias, convênios e consórcios.					
9. Serviços públicos. Concessão e permissão de serviço público. Parcerias público-privadas.					
10. Bens públicos.					
11. Intervenção do Estado na propriedade.					
12. Responsabilidade civil do Estado.					
13. Controle da Administração Pública.					
14. Improbidade administrativa.					
15. Responsabilidade fiscal.					
16. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro					
17. Solução alternativa de conflitos com o poder público.					
18. Fomento público. Terceiro setor.					

# DIREITO ELEITORAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Direitos Políticos.					
1.1. Direitos fundamentais e direitos políticos.					
1.2. Privação dos direitos políticos.					
2. Direito Eleitoral.					
2.1. Conceito e fundamentos.					
2.2. Fontes do Direito Eleitoral.					
2.3. Princípios de Direito Eleitoral.					
2.4. Hermenêutica eleitoral.					
3. Poder representativo.					
3.1. Sufrágio.					
3.1.1. Natureza.					
3.1.2. Extensão do sufrágio.					
3.1.3. Valor do sufrágio.					
3.1.4. Modo de sufrágio.					
3.1.5. Formas de sufrágio.					
4. Organização eleitoral.					
4.1. Distribuição territorial.					
4.2. Sistemas eleitorais.					
5. Justiça Eleitoral.					
5.1. Características institucionais.					
5.2. Órgãos e composição.					
5.3. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral.					
5.4. Competências.					
5.5. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições.					
6. Ministério Público Eleitoral.					
6.1. Composição.					
6.2. Atribuições.					
6.3. Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral.					

<b>7. Capacidade eleitoral.</b>					
<b>7.1. Requisitos.</b>					
<b>7.2. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.</b>					
<b>8. Alistamento eleitoral.</b>					
<b>8.1. Ato de alistamento.</b>					
<b>8.2. Fases do alistamento.</b>					
<b>8.3. Efeitos do alistamento.</b>					
<b>8.4. Cancelamento e exclusão.</b>					
<b>8.5. Revisão do eleitorado.</b>					
<b>9. Elegibilidade.</b>					
<b>9.1. Registro de candidaturas.</b>					
<b>9.2. Convenção Partidária.</b>					
<b>9.3. Coligação Partidária.</b>					
<b>9.4. Processo de Registro de Candidatura.</b>					
<b>9.5. Impugnações ao Registro de Candidatura.</b>					
<b>9.6. Inelegibilidades.</b>					
<b>9.6.1. Inelegibilidades constitucionais.</b>					
<b>9.6.2. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.</b>					
<b>9.6.3. Arguição judicial de inelegibilidade.</b>					
<b>10. Partidos políticos.</b>					
<b>10.1. Sistemas partidários.</b>					
<b>10.2. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos.</b>					
<b>10.3. Órgãos partidários.</b>					
<b>10.4. Filiação partidária.</b>					
<b>10.5. Fidelidade partidária.</b>					
<b>10.6. Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas.</b>					
<b>11. Garantias eleitorais.</b>					
<b>11.1. Liberdade de escolha.</b>					
<b>11.2. Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto.</b>					
<b>11.3. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político.</b>					
<b>11.4. Transporte de eleitores das zonas rurais.</b>					

<b>12. Campanha eleitoral.</b>					
<b>12.1. Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas.</b>					
<b>12.2. Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral.</b>					
<b>13. Propaganda eleitoral.</b>					
<b>13.1. Conceito.</b>					
<b>13.2. Pesquisas e testes pré-eleitorais.</b>					
<b>13.3. Propaganda eleitoral em geral.</b>					
<b>13.4. Propaganda eleitoral em outdoor.</b>					
<b>13.5. Propaganda eleitoral na internet.</b>					
<b>13.6. Propaganda eleitoral na imprensa.</b>					
<b>13.7. Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.</b>					
<b>13.8. Direito de resposta.</b>					
<b>13.9. Permissões e vedações no dia da eleição.</b>					
<b>13.10. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.</b>					
<b>13.11. Captação irregular de sufrágio.</b>					
<b>13.12. Procedimento Preparatório Eleitoral.</b>					
<b>14. Atos preparatórios à votação.</b>					
<b>15. Processo de votação.</b>					
<b>16. Apuração eleitoral.</b>					
<b>16.1. Diplomação.</b>					
<b>16.2. Recurso contra expedição de diploma.</b>					
<b>16.3. Candidato eleito com pedido de registro sub judice e realização de eleição suplementar.</b>					
<b>17. Ações judiciais eleitorais.</b>					
<b>17.1. Ação de impugnação de registro de candidatura.</b>					
<b>17.2. Representações por propaganda ilícita ou irregular.</b>					
<b>17.3. Ação de Impugnação de registro ou divulgação de pesquisas eleitorais.</b>					
<b>17.4. Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder de autoridade, político e econômico.</b>					
<b>17.5. Ação por captação ilícita de sufrágio.</b>					
<b>17.6. Ação por conduta vedada a agentes públicos.</b>					
<b>17.7. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais.</b>					
<b>17.8. Ação de impugnação de mandato eletivo.</b>					

17.9. Ação por doação acima dos limites legais.					
18. Recursos eleitorais.					
19. Perda do mandato eletivo e eleições suplementares.					
20. Crimes eleitorais.					
20.1. Princípios constitucionais aplicáveis aos crimes eleitorais.					
20.2. Crimes eleitorais puros ou específicos.					
20.3. Crimes eleitorais acidentais.					
20.4. Crimes cometidos no alistamento eleitoral.					
20.5. Crimes cometidos no alistamento partidário.					
20.6. Crimes eleitorais em matéria de inelegibilidades.					
20.7. Crimes eleitorais na propaganda eleitoral.					
20.8. Corrupção eleitoral.					
20.9. Coação eleitoral.					
20.10. Crimes eleitorais na votação.					
20.11. Crimes eleitorais na apuração.					
20.12. Crimes eleitorais no funcionamento do serviço eleitoral.					
20.13. Crimes eleitorais que podem ser cometidos em qualquer fase do processo eleitoral.					
20.14. Crimes eleitorais e sanções penais.					
21. Processo penal eleitoral.					
21.1. Prisão e período eleitoral.					
21.2. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral.					
21.3. Medidas despenalizadoras.					
21.4. Ação penal eleitoral.					
21.5. Recursos.					